

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag**, da **Secretaria de Estado de Governo – Segov** e da **Secretaria de Estado de Fazenda – SEF**

Assembleia Fiscaliza 2022 – 2º Ciclo

— 16/12/2022 —





Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag, da Secretaria de Estado de Governo – Segov e da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, entre 1º de janeiro e 30 de novembro de 2022, no âmbito do segundo ciclo do Assembleia Fiscaliza 2022

Reunião conjunta das Comissões:

- Defesa do Consumidor e do Contribuinte
- Administração Pública
- Constituição e Justiça
- Fiscalização Financeira e Orçamentária
- Redação
- Participação Popular
- Desenvolvimento Econômico
- Comissão Extraordinária das Privatizações

- Presidente da reunião: deputada Celise Laviola

Data: 16/12/2022

Horário: 9 h

Local: Auditório José Alencar — Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Endereço:

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP: 30.190-921



I – Apresentação

Em 16/12/2022, as Comissões de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, de Administração Pública, de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Redação, de Participação Popular, de Desenvolvimento Econômico e a Comissão Extraordinária das Privatizações receberam Gustavo de Oliveira Barbosa – secretário de Estado de Fazenda; Luísa Cardoso Barreto – secretária de Estado de Planejamento e Gestão e Igor Mascarenhas Eto – secretário de Estado de Governo, que prestaram informações sobre a gestão de sua área de competência relativamente ao ano de 2022, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado, considerando o período de 1º de janeiro a 30 de novembro.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: clique [aqui](#) ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br >> [Acompanhe](#) >> [Eventos](#) >> [Assembleia Fiscaliza](#).

II – Presenças

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte: Dep. Doorgal Andrada (vice-presidente) e Dep. Mauro Tramonte (substituindo Dep. Douglas Melo).

Comissão de Administração Pública: Dep. Beatriz Cerqueira, Dep. Roberto Andrade, Dep. Sargento Rodrigues (substituindo Dep. Glaycon Franco).

Comissão de Constituição e Justiça: Dep. Zé Reis e Dep. Doorgal Andrada (substituindo Dep. Bruno Engler).

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária: Dep. Doorgal Andrada, Dep. Ulysses Gomes, Dep. Zé Reis, Dep. Sargento Rodrigues (substituindo dep. Bráulio Braz).

Comissão de Redação: Dep. Virgílio Guimarães (presidente), Dep. Ulysses Gomes, Dep. Dalmo Ribeiro Silva (substituindo Dep. Gustavo Valadares).

Comissão de Participação Popular: Dep. Celise Laviola, Dep. Virgílio Guimarães, Dep. Andréia de Jesus (substituindo Dep. Marquinho Lemos).

Comissão de Desenvolvimento Econômico: Dep. Dalmo Ribeiro Silva (vice-presidente) e Dep. Virgílio Guimarães (substituindo Dep. Bernardo Mucida).

Comissão Extraordinária das Privatizações: Dep. Beatriz Cerqueira (substituindo Dep. Betão).

Demais presenças: Dep. Sávio Souza Cruz, Dep. Antonio Carlos Arantes, Dep. João Leite, Dep. Duarte Bechir, Dep. Noraldino Júnior, Dep. Roberto Andrade, Dep. Gustavo Santana, Dep. Charles Santos, Dep. Zé Guilherme, Dep. Gustavo Mitre.

Poder Executivo: Gustavo de Oliveira Barbosa – secretário de Estado de Fazenda, Luísa Cardoso Barreto – secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Igor Mascarenhas Eto – secretário de Estado de Governo.

III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza, os principais temas discutidos durante a reunião foram os seguintes:

Apresentação da Secretaria de Estado da Fazenda – SEF

Arrecadação Tributária:

- Foi informado que o ICMS representa 85% da arrecadação do Estado em 2022. O total de receita arrecadada até novembro de 2022 foi de R\$75,5 bilhões. Na distribuição por segmento de área, destacam-se o comércio e os combustíveis.
- A aprovação das Leis Complementares nº 192 e nº 194 foi lembrada, que impôs aos estados uma redução do ICMS. Em Minas Gerais, para esse ano, haverá uma redução em torno de R\$5,8 bilhões. Para o ano de 2023, a estimativa de perda é de R\$11,7 bilhões nos segmentos de combustível, energia e telecomunicações.

Ações em prol do contribuinte:

- Ações para facilitar a vida do contribuinte: virtualização de serviços (mais de 95% dos serviços), agendamento eletrônico, processo de diminuição de obrigações acessórias (“desobrigando” operações redundantes), concessão automatizada de regimes especiais (antes demorava de 6 a 8 meses, agora em 30 minutos tem-se o deferimento), estímulo de autorregularização, incremento da relação de confiança com o Estado, Nota Fiscal Fácil (NFF), educação fiscal (“Pesquisa Menor Preço”, existente agora para combustíveis e com projeto de ser ampliado para cesta básica e produtos farmacêuticos).

Simplificação tributária:

- Processo de simplificação tributária: revisão do Regulamento do ICMS (o atual regulamento tem 20 anos e está defasado). Em dezembro de 2022, será concluída a primeira etapa, com simplificação de mais de 1.100 decretos.

Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica:

- Dados da nota fiscal de energia elétrica passam a ser transmitidos para a Receita Estadual de modo *on-line*, gerando maior simplificação das obrigações acessórias e maiores transparência, agilidade e redução de custos.

Benefícios Fiscais:

- Política de concessão de benefícios fiscais: de 2015 a 2022, 67 segmentos econômicos tiveram tratamentos tributários setoriais – TTS – aprovados, para facilitar a vida do contribuinte. Em 2022, sete novos segmentos econômicos com TTS organizados, estruturados e uniformizados foram aprovados.

Fiscalização:

- Controle fiscal e combate à sonegação: foram realizadas operações em parceria com as polícias militares e civil e Ministério Público, com combate a fraudes. Esse ano foram realizadas mais de 50 operações contra sonegadores. Divisa Tributária Segura (DTS) – solução de controle fiscal para monitorar o transporte de cargas e identificação de operações irregulares.

Dados Fiscais:

- **Evolução:** o Estado saiu de um déficit de R\$11,2 bilhões em 2018 para um superávit de R\$132 milhões em 2021 (praticamente um equilíbrio). Em 2022, a previsão é de manter o equilíbrio.
- **Resultado primário:** o resultado primário vem demonstrando como Minas Gerais tem conseguido equacionar seus passivos. O estado tem gerado superávits primários sucessivos, o que tem possibilitado o equacionamento de seus débitos, tais como a redução dos restos a pagar, o equacionamento dos pagamentos com a Associação Mineira dos Municípios – AMM e a recomposição de acordos judiciais.

Despesa de Pessoal:

- O Estado vem reduzindo sistematicamente o índice estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para gastos com pessoal: o percentual da despesa de pessoal sobre a receita corrente líquida – RCL está hoje abaixo do limite de alerta (48,86%) em função do processo de melhora da Receita Corrente Líquida.

Índice Constitucional Educação e Saúde:

- A estimativa é de que os mínimos constitucionais da Saúde e da Educação sejam atingidos.

Evolução do estoque dos Restos a Pagar:

- As dívidas não pagas em função das liminares eram acumuladas nos restos a pagar. A partir de junho de 2022, o Estado assinou o acordo de refinanciamento das dívidas junto à União, de acordo

com o art. 23 da Lei Complementar Federal nº 178, de 2021, o que possibilitou o equacionamento desta dívida não paga. Em razão disso, houve uma redução bastante significativa nos restos a pagar.

Dívida Pública:

- Houve melhoria do índice “Despesa corrente líquida sobre receita corrente líquida”, DCL/RCL, exigido pela LRF. Hoje o Estado apresenta um índice de 149,69% - o menor índice desde 2014.
- O refinanciamento da dívida com a União, anteriormente referido, possibilitou o equacionamento de R\$41 bilhões (valor não pago em função das liminares). Foi reduzido do saldo devedor o valor de R\$6 bilhões relativos a multas de inadimplência (o citado art. 23 da LC 178, de 2021, permitia isso) e houve o refinanciamento de R\$35,6 bilhões em 360 meses.

Compensação – Perdas arrecadatórias do ICMS (LC 192, de 2022 e 194, de 2022):

- As Leis Complementares nº 192 e nº 194 trouxeram grande impacto na arrecadação do ICMS, tanto em 2022 quanto em 2023. A LC 194 permite que parte dessa perda seja compensada com o pagamento das parcelas da dívida a serem pagas para a União. Essa compensação já vem sendo feita pela SEF. Este ano será compensado o valor de R\$2,3 bilhões e parte do valor de R\$1,1 bilhão, referente ao ano de 2022, será compensado no próximo ano.

Acordos – Regularização de Passivos:

- Acordo Associação Mineira de Municípios – AMM: liquidado R\$7 bilhões.
- Acordo AMM dos convênios de saúde: R\$6,7 bilhões. O Estado pagou até outubro deste ano o valor de R\$863 milhões.
- Recomposição dos Depósitos Judiciais: R\$7,6 bilhões. A lei aprovada em 2015 foi declarada inconstitucional. Então, o Estado tem a obrigação de fazer a recomposição dos depósitos judiciais. Foi feito acordo com o TJMG e o Estado vem sistematicamente fazendo essa recomposição – até novembro desse ano foram pagos R\$609 milhões.

Regime de Recuperação Fiscal – RRF:

- A edição da Lei Complementar nº 178 trouxe inovações, mais flexibilidade no processo e maior adequação à realidade do Estado quanto às imposições para adesão. O Estado continua apto nas três pré-condições do regime. Destaque para a necessidade de autorização legislativa para adesão ao regime, para a realização de leilões reversos de restos a pagar, para limitação de gastos ao IPCA, para redução de incentivos fiscais, para medidas de pessoal e para desestatização. Foi feita menção ao Projeto de Lei nº 1.202, de 2019, em trâmite na Casa (“Autoriza o Estado, por meio do Poder Executivo, a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal e dá outras providências”).

- Destaque ao fato de que os benefícios fiscais concedidos estão todos depositados junto ao Confaz, de forma que o Estado não precisa cumprir essa redução de incentivos para aderir ao RRF.
- Números positivos do Estado, mas que ainda precisam de evolução. Objetivo de ajuste das contas públicas para prestar melhores serviços à comunidade.

Apresentação da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag:

A Secretária de Planejamento e Gestão de Minas Gerais iniciou a sua apresentação destacando que em 2018, no início do governo, o déficit das contas públicas era de R\$11,2 bilhões. Alcançou-se, contudo, em 2021 o equilíbrio orçamentário-financeiro, que permitiu medidas de valorização do servidor público, melhorias e ampliação do serviço público e mais investimento para o Estado.

Planejamento e Gestão:

- Apresentação de dados gerais sobre o resultado orçamentário do primeiro mandato do governo, a aplicação em ações e serviços públicos de saúde, de 2015 a 2022; e a aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino no mesmo período, demonstrando maior investimentos e equilíbrio de contas.
- Finalização do Projeto Orçamento Base Zero (OBZ) com a implementação da nova metodologia de planejamento em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.
- Captação e monitoramento de recursos externos, com negociação de nova tranche de recursos com o BNDES, no valor de 23 milhões de reais, destinada à iniciativa de governo digital; finalização de seis obras financiadas pelo BNDES nas áreas de Segurança Pública e Infraestrutura Rodoviária; elaboração do Portfólio de Projetos para captação de recursos de emendas federais para 2023, com 347 projetos no valor total de R\$4,6 bilhões; e desenvolvimento do Painel de Monitoramento das Emendas Parlamentares Federais.
- Parcerias com o terceiro setor.

Serviços Compartilhados:

- Compras e contratos governamentais entre 2019 e 2022, sendo o montante de R\$17,65 bilhões homologados e, destes, R\$8,5 bilhões foram para compras de medicamentos. Cinquenta por cento do valor homologado no Estado de compras centralizadas pela Seplag; e R\$727,6 milhões homologadas em compras para enfrentamento ao Covid-19 e atendimento do Protege Minas.
- Ações de desenvolvimento e capacitação de compras públicas, com estruturação da Rede Capacita Compras, que atualmente conta com 15 instituições de diferentes Poderes e esferas de governo; e a

realização do GT Capacita Compras, com oito Trilhas de Aprendizagem e dois cursos, totalizando mais de três mil inscritos.

- Nova Lei de Licitação e Contratos Administrativos (NLLC): Minas Gerais está a frente na sua consolidação, com ações de capacitação dos órgãos e entidades voltadas para as novas regras do Estudo Técnico Preliminar (ETP); implementações no Portal de Compras MG, sete consultas públicas e consolidação de seis minutas normativas relativas à NLLC; e realização de Grupo de Trabalho com mais de 124 integrantes de todos os Poderes estaduais.

Gestão logística e patrimonial:

- Apresentação de dados como o montante de R\$15,1 milhões de redução pela otimização da gestão da frota oficial via ações do Comitê de Eficiência das Forças de Segurança; a arrecadação de R\$74,3 milhões com leilão de veículos e materiais diversos; a logística reversa de 15 mil materiais permanentes e 999 mil materiais de consumo entre órgãos e entidades; e a realização de 46 aquisições por desapropriação (dentre elas, a Fazenda Marzagão), 130 empréstimos gratuitos e 141 alienações.

Gestão da Cidade Administrativa:

- Apresentação de novidades para os servidores e visitantes do complexo, com a inauguração de Loja de Conveniência e Centro Automotivo, a instalação de 38 lixeiras e banheiros públicos nos estacionamentos da Cidade Administrativa, a inauguração de mais uma sala de amamentação no 9º andar do prédio Gerais bem como do novo restaurante do 1º piso do Centro de Convivência, com melhor custo-benefício para os servidores e novas opções de cafeteria gourmet.
- Apresentação de mudanças na ocupação e infraestrutura, como a mudança do Detran e da Codemge, totalizando 48 órgãos no Complexo; a realização de obras para construção de abrigos dos pontos de ônibus e caminhos dos prédios Minas e Gerais; a elaboração de projetos executivos para implantação de melhorias e adequações à acessibilidade dos prédios, estacionamentos e áreas externas; a instalação de 1.622 novas câmeras digitais e 120 gravadores digitais para atualização do Circuito Fechado de Televisão (CFTV); e o início do serviço de manejo e castração das capivaras.

Gestão estratégica:

- Apresentação dos resultados do Lab.MG e da Rede de Simplificação, demonstrando a simplificação de 194 serviços desde 2019, por meio da eliminação de exigências desnecessárias, a exemplo da certificação do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA); a realização de 48 ações de disseminação da inovação e simplificação para servidores e alunos, por meio de cursos e eventos para compartilhamento de metodologias e experiências, alcançando 1.456 participações; e a conclusão de 48 projetos voltados para a otimização de processos, transformação digital e melhoria da

experiência do usuário dos serviços públicos, como, por exemplo, a estruturação da nova Carteira de Identidade, desde o início do governo.

- Quarenta e sete órgãos e entidades passaram a receber ajuda de custos específica vinculada ao cumprimento de metas, sendo 31 os órgãos que passaram a ter a ajuda, ou seja, os servidores passaram a contar com um subsídio maior para alimentação e outras despesas.

Gestão de Pessoas:

- Apresentação de provisão de recursos, destacando a nomeação de 16.594 candidatos aprovados nos concursos públicos do Estado desde 2019; e a aprovação de 29 novos concursos desde 2019, sendo 7 para execução direta.
- Melhoria nas relações sindicais com a realização de 332 reuniões com grupos e comissões de servidores, associações e entidades sindicais desde o início da gestão.
- Ampliação do desempenho e do desenvolvimento com a realização da 7ª Edição do Prêmio Inova Minas Gerais, com 117 trabalhos válidos, perfazendo 594 trabalhos inscritos desde 2019 nas categorias “Ideias inovadoras implementáveis” e “Iniciativas de sucesso implementadas”; destaque ao fato de que mais de 10.260 servidores foram certificados através das 10 Trilhas de Aprendizagem, 50 cursos e 45 webinários ofertados; e para a promoção de 6 webinários no âmbito do Programa de Qualidade de Vida, com a certificação de 1.679 servidores e 6.658 visualizações.
- Apresentação da política de teletrabalho permanente, destacando que 48 órgãos e entidades formalizaram a adesão ao regime de teletrabalho, sendo 14.417 servidores em regime integral ou parcial; houve o 1º ciclo de avaliação e verificou-se a melhoria nas condições e ambiente de trabalho (68%); incremento na produtividade (49%) e na qualidade de vida (49%). Além disso, a secretária destacou que a implementação do regime de teletrabalho possibilitou uma redução na demanda pelos serviços de fornecimento de água, energia elétrica e impressão gerando uma economia média de 14% com essas despesas.
- Fortalecimento do Programa Transforma Minas e dos Projetos de Valores e Práticas.
- Demonstração dos pagamentos realizados aos servidores, como os salários pagos em dia, desde agosto de 2021, regularizando uma pendência de mais de cinco anos; 13º salários de 2021 e 2022 pagos de forma integral e em parcela única; concessão e pagamento do reajuste salarial de 10,06%, incluindo o retroativo a janeiro de 2022; e a regularização do pagamento de férias prêmio para 33.956 servidores, com montante de pagamento na ordem de R\$908 milhões.

Governança eletrônica e Serviços:

- Apresentação do aumento do índice de transformação digital, sendo o MG App o melhor aplicativo avaliado entre os Super Apps em pesquisa do Grupo de Transformação Digital dos Estados e Distrito

Federal; Top 10 do Prêmio *Ibest* das melhores iniciativas digitais de governo do ano de 2021 e Top 3 em 2022.

- Ampliação do Programa Alô, Minas! E do Minas Comunica II, antecessor do Alô, Minas!, premiado em 2022 na categoria Boas Práticas do Prêmio Excelência em Competitividade, organizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), que também conquistou, em 2021, o 1º lugar pelo Prêmio Internacional Gestão de Resultados para o Desenvolvimento, promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Ampliação dos serviços e atendimentos do UAI Compartilha e da Rede de coberturas das UAIs, com a meta de dobrar os núcleos de atendimento integrado e de levar mais cidadania à população.

Resposta a Acidentes Minerários – Brumadinho:

- Apresentação das articulações estabelecidas para uma resposta rápida e efetiva, sendo que 81% dos recursos destinados a obras e projetos a serem executados pelo Estado já foram empenhados; ocorreu a ordem de início em 30 projetos de reparação para os 26 municípios atingidos, com entregas de 63 máquinas e 18 salas de urgência até o fim do ano; e se tem mais de 109 mil beneficiários atendidos pelo Programa de Transferência de Renda, cerca de R\$ 1 bilhão entre 2021 e 2022.
- Realização de projetos de mobilidade e fortalecimento dos serviços públicos, com mais de 40 trechos rodoviários com obras em andamento ou concluídos, incluindo o início da pavimentação do trecho São José da Varginha – Esmeraldas (MG 060). Em 2023 terá início a estrada Papagaios – Pompéu; repasse da segunda e terceira parcelas aos 853 municípios, somando quase 900 milhões e completando o repasse total de R\$ 1,5 bilhão; e aquisição da sede definitiva da Academia de Bombeiros Militar, em Belo Horizonte.
- Realização de participação popular no processo de definição das ações, com a definição de 113 projetos socioeconômicos para os 26 municípios, seguindo prioridades indicadas na Consulta Popular, vencedora nas categorias “Melhor solução de Governo Digital para Governo Aberto” e “Prêmio Valor Público” no Prêmio de Excelência em Governo Digital da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (Abep); e a realização da Consulta Popular específica para Povos e Comunidades Tradicionais, para seleção de projetos de reparação socioeconômica.

Resposta a Acidentes Minerários - Rio Doce:

- Apresentação da agenda integrada de investimentos na região atingida pelo desastre do Rio Doce, com a construção de 39,2 km de estrada no trecho da MG 760, entroncamento com a BR 262 (R\$128 milhões da Agenda Integrada + R\$41 milhões do Tesouro estadual); a retomada da obra e

equipagem do Hospital Regional de Governador Valadares; a consolidação do Parque Estadual do Rio Doce, a maior reserva de Mata Atlântica de Minas Gerais; o Projeto de Fortalecimento da Educação.

- Modernização dos equipamentos de informática de 206 escolas com 4.899 computadores e 321 *notebooks*; equipagem de 191 escolas com 1.077 mesas e cadeiras e 36.448 carteiras estudantis (R\$44,3 milhões); o fortalecimento do atendimento de urgência: aquisição de 7 unidades móveis na área de abrangência do Samu Leste Vale do Aço; e a atuação com protagonismo no processo de repactuação do Acordo do Rio Doce, em uma força tarefa para finalizá-lo o mais breve possível.

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg:

- Ampliação do atendimento ao beneficiário, com a concessão de seguro e pecúlio para 8.427 beneficiários e regularização dos pagamentos, com previsão da concessão de um valor total de R\$159,7 milhões em 2022; e o início das obras da portaria principal do Hospital Governador Israel Pinheiro (HGIP) e reforma estrutural no bloco cirúrgico e Serviço Médico de Urgência.
- Melhoria na gestão da rede assistencial, pois, em 2019, o Ipsemg possuía uma dívida de aproximadamente 300 milhões, sendo 230 milhões com os prestadores da rede credenciada, e, em agosto de 2019, o passivo foi quitado e o pagamento regularizado. Com isso, a rede voltou a crescer para melhor atender os servidores públicos.

Fundação João Pinheiro:

- Realização de Monitoramento e avaliação de políticas públicas, com a implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Minas Gerais (SAPP-MG), ciclo 2022.
- Apresentação de estratégias de gestão de governo, com o Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL/MG); as estratégias de desenvolvimento econômico de Lagoa da Prata; e o planejamento Estratégico Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.
- Produção de estatísticas e informações, como a divulgação dos cálculos do PIB trimestral e a atualização do PIB do agronegócio de Minas Gerais.

Campanha de Tecnologia da Informação de Minas Gerais:

- Apresentação de novas soluções tecnológicas desenvolvidas, com a funcionalidade de consulta de informações sobre o Acordo Judicial de Reparação da Vale no Portal da Transparência; a Base Integrada de Segurança Pública (*data lake*); o MG Florestas (*blockchain*), módulo Comunicação de Colheita e sub-módulo Colheita Interna; o Sistema da Carteira de Identidade para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista; o Sistema GeraSUS PPI; o Novo Portal MG; o Portal IMA Digital; os Sistemas Apreensão de Veículos e Protocolo Digital, do Detran-MG; e o Sistema Fiscalização Operacional da Arsae-MG.

MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A:

- Apresentaram-se os destaques do exercício, sendo que em 2022 a MGS alcançou a marca histórica de 28 mil empregados com a ampliação da carteira de clientes e pelo incremento nas frentes de serviços vinculadas aos municípios e empresas públicas; 28.790 empregados foram treinados e capacitados, totalizando mais de 260 mil horas de treinamento à distância, e, na modalidade presencial, foram 18.878 empregados na capital e no interior; houve, no Programas de Promoção à Saúde, o atendimento a 1.775 empregados; ocorreu a redução dos processos trabalhistas e despesas judiciais em 28%; e, pela 1ª vez, a MGS participou do Prêmio Inova e foi premiada na categoria “Iniciativas Implementadas de Sucesso” com a plataforma de treinamento à distância “MGS Educa”.

Apresentação da Secretaria de Estado de Governo – Segov – e de instituições vinculadas à pasta em 2022:

Área da saúde:

- Especificamente no contexto da Covid-19, o secretário apresentou gráfico demonstrando a evolução da melhoria dos casos e óbitos de 2020 em diante.
- Informou, ainda, que, na Atenção Terciária, houve o investimento de 693 milhões no PROHOSP e 1,3 bilhão no Valora Minas.
- Ainda na Atenção Terciária, informou que o Estado recuperou os índices de operação de cirurgias eletivas pós pandemia de Covid-19.

Campo da Educação:

- O secretário informou que o Estado investiu em infraestrutura por meio do programa “Mãos à obra na Escola” (514 milhões desde 2019, 2.500 obras em 1.472 escolas) bem como o valor de 1,04 bilhão em “Manutenção, Custeio e Conservação” e 129,5 milhões em “Manutenção Predial” desde 2019.
- Na educação profissional, o secretário informou que a Secretaria de Estado de Educação ofertou 148 mil vagas para alunos.
- Informou também que o programa “Trilhas de Futuro” se tornou sucesso consolidado no Estado de Minas Gerais.

Eixo do “Desenvolvimento”:

- O secretário informou que, de 2019 até agora, foram investidos 271 bilhões, por meio de 458 projetos em 147 municípios, com criação de 131.649 empregos diretos e 187.662 indiretos, destacando-se, como principais setores, mineração, energia fotovoltaica, infraestrutura, automotivo e autopeças e energias.
- Informou-se que, segundo dados do Caged, entre 2019 e 2022, foram gerados 630 mil empregos, sendo que a meta era de 600 mil.

Eixo “Infraestrutura”:

- Informou que o programa “Recupera Minas” propiciou a realização de obras no Estado com mais de 2 bilhões de investimento.

Eixo “Segurança”:

- Minas Gerais continua como o estado mais seguro do Brasil, segundo Secretaria de Segurança Pública; houve queda expressiva em números de homicídios e ataques a instituições financeiras.

Campo “Governo”:

- Informou que houve 196 presenças de titulares de órgãos da Administração Direta do Poder Executivo na ALMG, sobretudo em audiências públicas.
- Foram respondidos pelo Poder Executivo 1.024 requerimentos da ALMG no ano de 2022.
- Nos últimos quatro anos, a execução de emendas impositivas atingiu o montante de 4 bilhões e 640 milhões.
- Indagado sobre o diálogo do governo do Estado de Minas Gerais com o Parlamento, o secretário reafirmou que a já relatada presença (196 vezes) de titulares de órgãos da Administração Direta reforça que houve amplo diálogo institucional.
- Indagado sobre qual seria a relação que o governo do Estado de Minas Gerais pretende estabelecer com a ALMG, considerando que ele ajuizou inúmeras ações no período de 4 anos questionando atos praticados pelo órgão legislativo, o secretário informou que a expectativa é de que os projetos de iniciativa do Executivo sejam discutidos, debatidos, votados e aprovados na ALMG, mas que a judicialização se faz necessária, em algumas situações, para que o Poder Executivo cumpra o seu papel institucional.
- Parlamentares solicitaram à Segov que, na próxima pauta do Confaz, seja votada isenção para compra de armas de uso dos policiais. Solicitaram também a publicação das férias-prêmio dos servidores da polícia civil bem como o aproveitamento do ADE trazido de outras carreiras pelos mesmos policiais civis. Ainda, apelaram à Segov pela retirada da urgência do regime de recuperação

fiscal. Finalmente, cobrou-se a garantia da revisão geral aos servidores estaduais. Em resposta, o secretário demonstrou sensibilidade com as demandas parlamentares.

IV - Questionamentos feitos por parlamentares – temas debatidos

Regime de Recuperação Fiscal – RRF:

- Parlamentares apresentaram questionamentos, dizendo que, embora o Poder Executivo tenha encaminhado à Casa o projeto de lei, a ALMG optou por não votar. Mesmo com a adesão ao RRF, o equilíbrio fiscal é muito mais amplo. Indagaram quais seriam as metas fiscais e tributárias necessárias para se atingir o equilíbrio fiscal e quais seriam os fundamentos efetivos para se chegar ao equilíbrio fiscal.
- Também afirmaram a importância da responsabilidade que a Assembleia tem de apreciar o RRF e a necessidade de aprovação pelo Legislativo Mineiro.
- Solicitaram providências para que o plano de recuperação fiscal que será encaminhado ao Governo Federal seja apresentado à Assembleia, além da retirada imediata do pedido de urgência ao PL do RRF. Questionou-se ainda qual seria o impacto do plano nas carreiras dos servidores públicos do Estado.
- Em resposta, a SEF e a Segov afirmaram que a liminar concedida não inibe a necessidade de autorização da ALMG. Está expressa na decisão do ministro Nunes Marques que a ALMG deve discutir o RRF. Para o Governo, é necessária essa discussão. As diretrizes para o equilíbrio fiscal são as seguintes: o Estado teria que voltar a pagar o estoque da dívida, que supera R\$100 bilhões. A forma de pagamento, se não for feita como prevista no RRF, poderá comprometer o orçamento do Estado. A adesão ao RRF se dá sob a ótica do equilíbrio fiscal e também sob a ótica do desenvolvimento econômico, que está sendo atacado no processo. É necessário que o Estado tenha credibilidade para atrair investimentos. Sobre a necessidade de apreciação do RRF na ALMG, a Segov afirma que, se forem apresentadas soluções viáveis, discutirá o assunto.
- Em resposta ao questionamento sobre o impacto do RRF na carreira dos servidores, a SEF afirma que o cenário base – o cenário se nada for feito – está disponível no *site*. Afirma ainda que o Estado vem negociando sobre a situação dos servidores, e que há um decreto proibindo que se acabe com triênio e quinquênio dos servidores públicos. Comprometeu-se a encaminhar esse decreto aos parlamentares.

Desastre de Brumadinho – Acordo judicial:

- Foram apresentados questionamentos sobre pendências na execução do acordo, em item que prevê a participação da população e dos atingidos. Após dois anos de sua vigência, somente houve o repasse aos municípios.
- Em resposta, a Seplag informou que foram feitas muitas ações no Acordo de Brumadinho, tais como: 81% dos recursos estão empenhados; 40 trechos de obras rodoviárias, em andamento; 18 salas de urgência foram entregues em 2022; Programa de transferência de renda: elaboração de metodologia e formato para gestão do recursos, com 109 mil beneficiários e R\$ 1 bilhão executado em 2021 e 2022; anexo de participação popular: R\$ 3 bilhões. O governo não participa da gestão do anexo. É competência exclusiva do Ministério Público e da Defensoria. Esse anexo é o que tem a menor execução. As demais atividades estão sendo executadas.

Organização das contas públicas – busca pelo equilíbrio fiscal:

- Houve questionamentos e depoimento sobre a organização das contas públicas.
- Questionou-se também o ajuste fiscal do Governo Zema, que foi ancorado pela perspectiva da receita e a política de organização das finanças calcadas em melhorias temporárias e extraordinárias de fluxo de caixa. Argumentou-se que a adesão ao RRF, da mesma forma, gerará uma melhoria temporária.
- Houve depoimentos por parte de parlamentares sobre a evolução positiva dos quatro anos de mandato do governo Zema e sobre as entregas apresentadas pelo governo: pavimentação de rodovias de baixo custo, hospitais regionais, reformas de escolas e recuperação de rodovias.
- Em resposta, os secretários de Estado informaram sobre as medidas para a organização das contas públicas, tais como a finalização do orçamento base zero, a valorização e contratação de servidores e sobre investimentos em tecnologia. Ressaltaram que a busca do equilíbrio fiscal foi feito com corte de excessos, e não com redução do serviço público, além da redução dos débitos com os servidores. Houve recomposição de perdas inflacionárias e pagamento integral, de uma só vez, dos salários e do 13º salário.
- Quanto ao questionamento sobre o ajuste fiscal, a SEF afirma que não vê problemas no fato de que o ajuste fiscal está ancorado pela receita. Afirmou que a reforma previdenciária foi um ajuste fiscal. Quanto ao recebimento do acordo da Vale, afirmou que há determinação de como os recursos devem ser utilizados. O não pagamento da dívida foi utilizado em benefício dos equacionamentos, como o pagamento dos salários dos servidores e o repasse aos municípios. O RRF é pontual e tem que ser. É um regime financeiro. Houve ampliação dos restos a pagar, mas houve o pagamento.

Desastre de Mariana – Acordo Judicial:

- Houve questionamentos sobre as atividades de reparação do desastre de Mariana, que atingiu a região do rio Doce.
- Em resposta, a Seplag concordou que pouco foi feito para a reparação, mas afirmou que técnicos trabalham incansavelmente para resolver essas questões, visando ter um novo modelo que traga reparação justa, efetiva e célere.

Relação Executivo/ALMG:

- Foram apresentados questionamentos sobre a relação entre os Poderes Executivo e Legislativo. Houve elogios e, por parte de outros deputados, críticas, como a de que o governo entrou com 5 ações judiciais contra a ALMG em um período de 12 meses. Questionou-se qual é a relação do Executivo com o Legislativo e como será no futuro, inclusive se essa relação se dará por meio judicial.
- Em resposta, a Segov reafirmou a abertura do diálogo com o Legislativo, ponderando que houve mais de 196 participações de secretários em audiências públicas na ALMG. Afirmou ainda que a intenção do Governo é de trabalhar e discutir com a ALMG. Uma vez que os projetos não são pautados, o governo do Estado deve buscar alternativas. Para a próxima legislatura, a intenção é que sejam quatro anos de intensas discussões e debates de projetos de deputados e do Governo, que sejam pautados, debatidos e votados.

Despesas em educação:

- Apresentou-se questionamentos sobre o que será feito com o saldo de recursos do Fundeb, de R\$2,54 bilhões e sobre o saldo de recursos do salário educação (QESE).
- Em resposta, a Seplag informou que a apuração do saldo financeiro é fato, de R\$2,54 bilhões. Já existem valores empenhados nestes recursos e despesas em restos a pagar. Hoje a disponibilidade líquida é 890 milhões de reais. A perspectiva de saldo do Fundeb é 848 milhões em conta. O seu rateio de despesas é previsto em sobras de recursos arrecadados no ano. Não há previsão legal de rateio de despesas do Fundeb em saldo de exercícios de anos anteriores. Em relação ao QESE, a receita em 2022 foi de 640 milhões de reais e todos executados. Há intenção de se executar o passivo do QESE e mais 800 milhões de saldo de exercícios anteriores.

Ferrovias:

- Foram apresentadas solicitações ao Executivo para que mantenha o compromisso com a implantação de ferrovias e trens de passageiros e que faça o acompanhamento permanente da questão ferroviária no Estado.

Efetivos da força de segurança pública:

- Houve questionamentos e depoimentos sobre a gravidade da situação dos servidores, considerando as reformas levadas a efeito pelo governo, as quais causaram evasão muito grande, gerando retração do efetivo das forças de segurança pública. Ademais, doenças foram adquiridas por excesso de trabalho desses servidores, configurando-se um quadro difícil nas forças policiais, dada a evasão do efetivo.
- Afirmou-se a necessidade de autorização do Cofin para a liberação do recurso para nomear os excedentes de concurso realizado. Solicitou-se o auxílio da Segov para que, na próxima pauta do Confaz, se permita aquisição de armas sem ICMS. Também houve solicitação à Seplag para o cumprimento do art. 7º da EC nº 111, com o aproveitamento do ADE de outra carreira, no caso dos servidores da Polícia Civil.
- Em resposta, a SEF afirmou que o pedido para a redução de ICMS para equipamentos de segurança foi levada à reunião do Confaz e foi negado. O Estado poderá apresentá-lo novamente. E sobre a aprovação de recursos pelo Cofin que permitam a nomeação dos excedentes de concursos públicos, a Secretaria afirmou que buscará a forma devida e correta de viabilizar as necessidades do Estado.
- A Seplag informou sobre o processo constante de renovação de quadros da segurança pública e apresentou dados de nomeações de efetivos para ela. Afirmou que, para as nomeações, é necessário um planejamento por parte das polícias. A Polícia Civil foi informada de que precisa do planejamento para fazer novas nomeações, o que é mais complexo no caso dessa Polícia, e que com o planejamento haverá novas nomeações. Foi feita a quitação de férias prêmio de 33.956 servidores. Consta hoje passivo de férias prêmio de 25 servidores em janeiro, mas sua quitação depende do trâmite interno do órgão. Houve compromisso de pagamento de todas as férias prêmio devidas aos servidores e de se encerrar a próxima gestão sem nenhum passivo com estes.
- Por sua vez, a Segov informou que a Cofin tem a função de ser equilíbrio da balança fiscal do Estado. Há, na Cofin, vários pedidos de aumento de despesas (como o caso da nomeação dos excedentes) e pedidos de redução de receita (caso da isenção de ICMS para aquisição de armas), e o Governo não abre mão da busca pelo equilíbrio fiscal.

V – Compromissos e encaminhamentos

Compromissos e Posicionamentos do Executivo

- Foi assumido o compromisso pelo secretário de Estado da Fazenda, Gustavo Barbosa, de levar novamente ao Confaz a questão do benefício fiscal de ICMS na aquisição de armas de fogo com calibre de uso permitido, munições, fardamento, colete à prova de balas, equipamentos e apetrechos por integrantes dos órgãos estaduais de segurança pública (Lei nº 23.869, de 2021).
- Foi firmado o compromisso, por parte do governo, de enviar à Assembleia informações sobre como o RRF pode atingir os servidores públicos; afirmou-se que direitos dos servidores – como triênio, quinquênio e trintenário – não precisam mais ser alterados e que não estarão nas propostas do RRF. O Estado vem sistematicamente negociando com a Secretaria do Tesouro Nacional os pontos referentes aos servidores públicos no RRF e isso será atendido.
- Houve compromisso da Seplag de realizar o pagamento de todas as férias prêmio devidas aos servidores bem como o compromisso de encerrar a próxima gestão sem nenhum passivo com estes.

Encaminhamentos dos parlamentares – Requerimentos

Nenhum requerimento foi recebido ou votado nessa reunião.

Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2022.

Deputada Celise Laviola

Presidente da Reunião